

Coluna do Castello

Constituinte "made in Brazil"

FOI assim uma, duas vezes, anteontem foi assim e nada sugere que o governo possa dormir tranqüilo enquanto funcionar nas suas vizinhanças uma Constituinte irrequieta e tocada pelo sopro da renovação que varreu os partidos nas eleições de novembro. Quando todos os vaticínios apontavam na direção de uma assembléia de perfil conservador ou quase isso, o experiente ministro Marco Maciel, antes mesmo da abertura das urnas, previa exatamente o oposto. Parece ter acertado.

Na preliminar do jogo principal, quando ainda se examina o regimento que disciplinará as atividades da assembléia, os constituintes já conseguiram pregar alguns bons sustos no governo e nas lideranças partidárias. Primeiro foi o susto de um PMDB arrebatado pela idéia de uma Constituinte exclusiva, sem que a Câmara e o Senado fossem postos em operação. O susto seguinte foi o da votação sobre o direito de os senadores eleitos em 1982 participarem da assembléia.

O de anteontem teve a ver com a brecha que a proposta de regimento apresentada pelo senador Fernando Henrique Cardoso permitia que fosse larga, por onde poderiam passar no futuro iniciativas para alterar, desde já, dispositivos da Constituição em vigor. Teme o presidente José Sarney que a brecha seja aproveitada para que o PMDB, um belo dia, decida diminuir o tamanho de seu mandato — ou instituir, por exemplo, o parlamentarismo, para que o deputado Ulysses Guimarães possa colecionar um novo título.

Os constituintes retomarão o assunto em reunião marcada para o próximo dia 10, mas um apelo do presidente da República ao presidente do PMDB, da Câmara e da assembléia deu início, ainda ontem mesmo, a uma tentativa de acordo. A brecha do regimento deverá estreitar-se — nem tanto que incite à rebelião os adeptos de sua largueza, mas o suficiente para que o presidente possa continuar governando sem que lhe pese uma espada na cabeça. Nem por isso descansará em paz.

Por trás dos sustos ocorridos até aqui e, certamente, na origem dos que estão por vir, está a questão da soberania de uma Constituinte "made in Brazil" — convocada sem que tenha ocorrido uma ruptura da ordem jurídica, patrocinada por um dos poderes da república, feita, afinal, sob medida para que dê a impressão que pode tudo quando, na verdade, seu poder é relativo. Nada demais. É da nossa tradição mudar as coisas para que elas continuem como eram antes.

Conspiram, de todo modo, a favor de uma Constituinte que não se limite a deliberar sobre o que o governo e as cúpulas partidárias determinem, o avanço dos movimentos sociais do país e a crise econômica que sobreviveu e revigorou-se com o mal-administrado Plano Cruzado. Apesar do estado autoritário de 1964 ou justamente por causa dele, a sociedade organizou-se enquanto os partidos políticos definham ou cresceram, no caso do PMDB, artificialmente.

É de se pesquisar, alguma vez, quantos dos atuais constituintes foram eleitos, de fato, pelo partidos que os abrigam — quantos dependeram das estruturas partidárias propriamente ditas e quantos devem os votos que amealharam às milhares de entidades, associações, comunidades que se multiplicaram e que floresceram distantes ou apenas próximas das siglas conhecidas. Esse lote desconhecido de constituintes não deve fidelidade ao comando formal dos partidos.

Porque a maioria dos constituintes exerce o mandato na Câmara e no Senado pela primeira vez, também não se sente comprometida, sequer por laços de amizade e de convivência, com os personagens que integram o governo. No partido da Frente Liberal, que tem no presidente Sarney um dos seus fundadores, mais da metade dos seus deputados estrearam agora no plano federal. A crise econômica que ameaça a estabilidade do governo completa o quadro favorável ao imprevisível.

Tivesse a Constituinte coincidido com o ano do milagre do cruzado, dificilmente ela escaparia à régua e ao compasso de um governo em estado de graça e de um presidente que alcançava índices inimagináveis de popularidade. O controle da Constituinte era um dos sonhos do presidente Tancredo Neves — que não pensava em realizar eleições de prefeitos em 1985, que desejava distância de sugestões heterodoxas e que planejava estimular, tão logo tomasse posse, a formação de um partido dele mesmo.

Por esse aspecto, pelo menos, a atual crise econômica tem seu lado positivo: ela anima os constituintes a um maior grau de independência e despeja o país real no âmbito da assembléia.

Fala, Sarney

Esclarece o presidente da República que sempre esteve e continuará a favor do direito que todos têm à discordância. O que ele condenou, em recente discurso, foi a crítica que se ampara em interesses subalternos, individuais, ideológicos e que não leva em conta os reais interesses do país. Ninguém como ele, garante o presidente, tem sabido conviver com o direito da crítica, que não tem afetado, nem mesmo, suas relações pessoais com possíveis adversários políticos.

ANC 88
Pasta 25 a 28
fev/87

Ricardo Noblat
(interino)